

ENTIDADES

CARTA DO VIII ENALIC *“Nós passarinhos, eles passarão”*

Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais dos Programas
Pibid e Residência Pedagógica - Forpibid rp

Chegamos ao final do segundo ano da pandemia com o anúncio de um tempo de ainda mais lutas. Muitas vidas se foram, muitas vidas ainda correm risco, o que requer unidade nas resistências. As políticas públicas não atendem as necessidades básicas da população brasileira, ao contrário, desestruturam direitos. Os serviços públicos estão sendo destruídos, num cenário de desmonte das conquistas do Estado brasileiro. Saúde, ciência e educação, alvos de ataques constantes do atual governo, sobrevivem graças à resistência e à luta dos servidores públicos e dos movimentos sociais. O corte do financiamento público para esses serviços é resultado direto das contrarreformas do Governo Temer que teve na Emenda Constitucional nº 95/2016 congelamento por 20 anos dos gastos do governo, impacto direto na sociedade, em especial, para os mais pobres. A economia também está em bancarrota diante da opção de leiloar o país, ao invés de se investir em geração de emprego.

A pandemia aprofundou de modo exponencial as desigualdades sociais, também na educação, ao impor as atividades remotas como única forma de realização do trabalho pedagógico. Tal fato demandou de docentes e de estudantes infraestrutura mínima sem que estes tivessem como supri-la. Ter computador, internet, câmera, local adequado, estúdio foi/é inacessível para muitos sujeitos da escola pública. Tivemos como resultado a precariedade das condições e a intensificação do trabalho docente que comprometeram a possibilidade do encontro pedagógico e que já anunciam um problema a ser enfrentado: a evasão escolar.

A educação, afetada pela crise mais ampla, também enfrentou mudanças referentes ao currículo e formação de professores, advindas do alinhamento às políticas neoliberais, que retomaram espaços do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação (CNE). A Lei Federal nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio), aprovada em seguida à Emenda Constitucional nº 95/2016, abre a possibilidade de reconhecimento e convênios entre sistemas de ensino e instituições de ensino a distância ao alinhar a formação de professores à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa configuração - juntamente com o esvaziamento do currículo com a obrigatoriedade somente das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e as propostas dos itinerários formativos - quebra a concepção de educação básica e compromete a oferta de ensino público. Os impactos dos novos currículos na formação das/os estudantes da educação básica já começam a se materializar em parcerias do setor público, em nível estadual, com fundações privadas, nas várias dimensões das políticas públicas (elaboração de materiais pedagógicos, cursos de formação etc.). Os prejuízos podem ser graves e duradouros.

Na formação de professores, as Resoluções CNE nº 02/2019 e 01/2020 impõem um modelo alinhado à BNCC, retirando a autonomia das instituições formadoras e revogando a Res. CNE nº 02/2015, referência para elaboração de políticas institucionais de formação de professores. As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial de professores para a educação básica silenciam possibilidades de discussões da formação continuada e da valorização profissional, entre outros aspectos, podendo ser considerada como um retrocesso normativo que delinea e aprofunda a desvalorização da docência.

Vale ressaltar a ofensiva sobre a educação básica via a *Escola Sem Partido*, a *Militarização das Escolas* e o *Homeschooling* com consequências nefastas à liberdade de cátedra, à ciência nas instituições e ao acesso de todas e todos à educação. Apesar de algumas vitórias judiciais, é certa a presença ideológica conservadora, disputando espaço com a formação científica, e liberal que busca individualizar e responsabilizar sujeitos.

A cada dia uma nova luta é travada, como tem sido nesses últimos anos. O discurso liberal sempre diz que as crises são oportunidades, de algum modo a lógica deles está correta. Com a pandemia, a precarização sobre o trabalho docente e sobre o acesso à educação encontrou uma chance de abrir ainda mais possibilidade para o desmonte do setor educacional público. Recentemente, o ataque chega com o documento “CNE – Diretrizes Gerais Sobre Aprendizagem Híbrida”, o passo seguinte

no pós-pandemia, com o objetivo de reorganizar dinâmicas metodológicas que abrem espaços evidentes para a parceria público-privado, avançando na política de financeirização sobre a educação. Por outro, o desmonte da Capes com atraso de repasse de recursos para pagamento de bolsas dos programas Pibid e Residência Pedagógica e interrupção da avaliação dos programas de pós-graduação, sem mencionar a destruição do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Nesse contexto grave de desigualdades econômicas e sociais, os desafios da escola e da formação de professores se inserem na luta mais ampla pela mudança radical das políticas sociais do atual governo e pela democracia. Fatores imprescindíveis para superação de parte dos prejuízos causados pelo governo e pela pandemia.

É importante, também, refletir sobre a necessidade de maior visibilidade para a formação docente na agenda política nacional, em especial, no processo eleitoral de 2022. É necessário que entidades atuantes na formação e representação de professores construam coletivamente tal agenda com as prioridades de luta com a:

- Vacinação para toda população brasileira;
- Defesa da democracia, da ciência, da preservação ambiental, das políticas afirmativas e inclusivas, e da educação pública de qualidade socialmente referenciada para todos
- Revogação da EC nº 95/2016, Lei Federal nº 13.415/2017, Res. CNE nº 04/2018 que instituiu a BNCC, Res. CNE nº 02/2019 e 01/2020, que instituíram a BNC-Formação inicial e BNC-Formação continuada;
- Consolidação de plano de carreira dos profissionais da educação, como uma política de Estado, inclusive com a realização de concursos públicos regulares em todas as esferas da Administração Pública;
- Instituição de políticas públicas de Estado para para formação de professores(as) compreendidas como um *continuum*, valorizando licenciaturas, promovendo a inserção e a indução à docência e garantindo oportunidades de desenvolvimento profissional.

De modo específico, lutaremos em defesa das políticas de formação inicial de valorização a docência, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3970/2021, de autoria da Deputada Rosa Neide (MT) e que busca tornar esses dois programas como política de Estado, pela prorrogação das vigências do editais 01 e 02/2020 - CAPES, evitando interrupções das ações até que novos editais sejam implementados, pela participação de Forpibid-rp, como representação das Coordenações Institucionais dos programas, na avaliação e na proposição de diretrizes para as novas edições do Pibid e Residência

Pedagógica, pela ampliação à essas iniciativas, numa perspectiva de participação de todas e todos estudantes dos cursos de licenciatura.

O VIII Encontro Nacional de Licenciaturas, VII Seminário Nacional do PIBID e o II Seminário Nacional da Residência Pedagógica conclamam a população brasileira a se engajar na luta, a partir da mobilização nacional a ser desencadeada pelas entidades em defesa da educação pública e da formação de professores(as) como forma de resistência e de superação desse caos em que o país está mergulhado.

E mais uma vez, ***nós passarinhos, eles passarão!***

Brasil, 11 de dezembro de 2021.

Participantes do Forpibid-rp presentes na Assembleia Ordinária.
